Arquiteto(a) urbanista servidor(a) público(a): desafios e perspectivas

POR COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL E COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO DO CAU/SP

¶ O(A) ARQUITETO(A) E URBANISTA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) é a pessoa física que recebe pagamento do Estado e tem a responsabilidade de desempenhar um conjunto de atribuições em consonância com a Resolução 21/2012 do CAU/BR, que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais.

Quando pensamos em arquitetos e arquitetas com atuação no serviço público logo nos vem à mente a aprovação de projetos, licenças e alvarás. Contudo, a sua atuação se estende a diversas áreas tais como: planos e projetos urbanos, gestão urbana, elaboração de normas, execução e conservação das obras de infraestrutura e mobilidade urbana, gerenciamento de projetos, preservação do patrimônio ambiental, cultural e arquitetônico, fiscalização de obras particulares e públicas, elaboração de termos de referência, entre outras atividades. E estão alocados em vários setores tais como: Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Vigilância em Saúde, Transporte e Mobilidade Urbana, Educação, Cultura entre outros, cada qual com suas particularidades.

Apesar da gama de atividades realizadas e da enorme responsabilidade dos arquitetos e arquitetas no desempenho de sua função no serviço público - técnica, civil, penal e administrativa -, a sua remuneração está atrelada a regras específicas do funcionalismo público, acarretando em casos de salários abaixo do piso salarial da categoria ou daqueles praticados pelo mercado, sendo comumente observado em editais de concurso público.

E ainda que altamente capacitados, poucos têm a oportunidade de ocupar os espaços de poder e decisão, sem contar com as constantes mudanças administrativas que engavetam projetos ou recriam políticas públicas sob outros olhares e convicções. Contudo, a sua participação é imprescindível nos espaços de decisão!

Dentro da amostragem do último censo do CAU/BR relativo ao ano de 2021, 87% dos profissionais trabalham efetivamente na área de Arquitetura e Urbanismo e 28% em outras áreas.

O campo de atuação é bastante variado, sendo que 49% trabalham com concepção de projetos e, dentre esses, 45% participam da fase de execução. Já a Arquitetura de Interiores aumentou de forma significativa em comparação ao censo de 2012 e se apresenta como a maior demanda, com 62% dos profissionais nessa área.

Outros segmentos também aumentaram como Planejamento Urbano (11%) e Paisagismo (17%). Entretanto, não houve, nesse censo, perguntas direcionadas à atuação do arquiteto e arquiteta no setor público, questão a ser corrigida no questionário para o novo censo, a ser aplicado em 2023-24.

Diante desse cenário, é urgente a retomada do debate, junto ao legislativo, sobre as atividades exercidas pelos arquitetos e arquitetas em cargo efetivo no serviço público como essenciais e exclusivas de Estado. Essa alteração pode contribuir para a valorização profissional e possibilitar que a tomada de decisão seja pautada em questões técnicas e não apenas políticas, o que resultaria em maior qualidade dos serviços públicos ofertados nessa área e, consequentemente, maior qualidade de vida para a população.

Um grande desafio se apresenta ao campo do ensino e formação, na abordagem qualificada dos assuntos típicos dessas atividades nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, tais como: legislação profissional, licenciamento edifício e ambiental, ordenamento territorial, mobilidade urbana, proteção do patrimônio, dentre outros.

É importante também a formação continuada de arquitetos e arquitetas servidores para atualização profissional. Outro desafio é aproximá-los do CAU, tanto para dar visibilidade a esses profissionais quanto para valorizar a profissão e prestar um serviço cada vez melhor à sociedade, com responsabilidade técnica.

O CAU/SP está atento a esses desafios e, na atual gestão, realizou diversas atividades: “Ação Arquiteto Servidor”, pela Comissão de Exercício Profissional (CEP), que propôs uma articulação entre o CAU/SP e o poder público municipal; “Seminário Arquitetura e Urbanismo Públicos: Território Paulista”, pela Comissão de Desenvolvimento Profissional (CDP), que debateu sobre o papel desses profissionais no serviço público e os desafios por eles enfrentados no dia a dia; e assinatura do termo de cooperação entre o CAU/SP e a cidade de Suzano, pela CDP e Comissão de Tecnologia, Informação e Comunicação (CTIC), com o projeto de uma oficina de geoprocessamento no caminho de aprovação automática de projetos.

Há muito caminho ainda a ser percorrido, mas o trabalho com as prefeituras pode ser eficiente para a aproximação dos arquitetos e arquitetas servidores junto ao CAU/SP e para a mudança dessa realidade.

Depoimentos

CLARISSA SOUZA TRABALHA NO INSS DESDE 2006 NA BAIXADA SANTISTA.

"Eu tive uma experiência muito interessante: no final dos anos 2008-2009, o governo federal implanta um programa que se chama 'plano de expansão de atendimento da rede do INSS', basicamente, era [para] dobrar a rede de infraestrutura, de número de agências, de postos de atendimento para a população do Brasil. Os lugares mais vulneráveis, onde não tinha atendimento, estavam localizados no nordeste e norte do Brasil. Na região sudeste, nós tínhamos já uma rede mais estruturada, mas na Baixada Santista, onde eu atuo, (...) e nós atendemos [também] o Vale do Ribeira, uma área muito vulnerável, [havia] um problema de mobilidade (...). E nesse programa, nós conseguimos ampliar o número de agências que tínhamos nesta região, que eram 07 agências para 13, e nós fomos para as cidades mais vulneráveis, como Miracatu, Cajati, Iguape, Peruíbe, Mongaguá (...) Neste momento, a gente vê o quanto ainda a nossa profissão precisa chegar aos lugares aonde ainda não chega".

JOSI BANEGATE, PROFESSORA DA ETEC EM DESIGN DE INTERIORES. É DOUTORANDA DA FAU-USP.

"A minha relação com o funcionalismo público é uma relação de sobrevivência. Eu fui fazer concurso público para sobreviver, para existir. Exatamente, porque eu sabia que o comércio, que o mercado seria um pouco perverso comigo pela [minha] condição (...). Sou piauiense, mas estou em São Paulo há 22 anos, e em algum momento eu entendi que a minha realidade somente ia mudar a partir de estudo. São três cursos técnicos, duas graduações, cinco pós-graduações, licenciatura, mestrado, doutorado, e ainda assim, eu sou um arquiteta menor. Então, nem sempre ir buscar na Academia o lugar mais confortável é a resposta, porque ainda assim, nós temos um mercado que te olha e te coloca num lugar menor. Eu atuo em escola técnica, e também em graduação, mas nunca dou aula de projeto porque, de alguma forma, fazem uma leitura de que não sirvo para dar aula de projeto".

RAYSSA CORTEZ ATUA NA SECRETARIA DE HABITAÇÃO DE TABOÃO DA SERRA/SP.

"Em 2021, o Nílcio [Regueira Dias, secretário de Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente], que é um 'super-arquiteto' sempre ligado a estas questões da Arquitetura pública, nos convidou para estarmos em Taboão com uma missão de retomar mesmo a política habitacional do município. Nós tínhamos um super-plano de habitação, que nunca foi colocado em prática pelo município, que foi feito com consultoria da USP. Era um super-instrumento de trabalho, e que nunca foi usado. E nós partimos já daquele lugar. E o que foi feito deste diagnóstico de 2010? O que nós precisamos fazer ainda? O que nós precisamos normatizar porque ainda ficou no vácuo? (...)

Nós estamos implantando a Residência Técnica em Taboão (...) e o meu sonho é ver aqueles 15, 20 arquitetos que vão atuar conosco muito apaixonados também pela função pública da Arquitetura".

ROSSELLA ROSSETTO TRABALHA NA SECRETARIA DE URBANISMO E LICENCIAMENTO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

"A gente vive reclamando que o CAU, que os RRTs não descrevem o nosso trabalho. (...) E a gente tem esta descrição dos nossos trabalhos? (...)

Tudo o que gente faz tem uma organização? A gente já descreveu os nossos trabalhos, as nossas múltiplas funções? Quem está na Secretaria de Transporte , em Obras, quem está na Secretaria de Habitação, nós já fizemos esta compilação?

Se a gente não fez esta compilação, a gente está ainda desconhecendo, ainda está no intuitivo, não trouxe para o lado do racional e do lado da normativa de qual é o nosso trabalho.

Se a gente fizer isto, depois nós podemos falar: 'tem RRT para isso?' E aí nós conseguimos fazer uma orientação aos arquitetos que trabalham dentro desta área: o que nós estamos fazendo; quais são as nossas etapas; quais são os trabalhos; quais são as nossas funções."

ZENILDA VITORINO É DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. ATUA NO FUNCIONALISMO PÚBLICO NA ÁREA DE LICITAÇÕES.

"Trabalhei paralelo à Arquitetura por quase 30 anos no funcionalismo público. Trabalhei com licitações, [com] questões de obras. Então, eu vi muito esta parte e sei que não é fácil. O funcionário público leva certa fama de que não trabalha. E como ela [a arquiteta Consuelo Galego] falou, é totalmente o contrário. Problemas sempre têm em todos os setores, mas nós que trabalhamos, sabemos que cada dia é um desafio. É muito fácil falar quem está de fora que nós não fazemos nada (...). Não é bem assim. É uma questão de desafios mesmo. E que bom que tem desafios. Nós passamos a nos conhecer mais [assim]". ×